

Brandão pede ao STF que anule votação

O líder do PDT na Constituinte, deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ) ingressou ontem com mandado de segurança junto ao Supremo Tribunal Federal para tentar impugnar a votação que permitiu, no dia 10 de maio, a aprovação do dispositivo que proíbe a desapropriação de terras produtivas e faz parte do capítulo da Ordem Econômica da futura Constituição. Na petição, o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, é acusado de omissão ilegal por ter violado o regimento daquela Casa quando se recusou a averiguar denúncias de fraude nas assinaturas do requerimento apresentado pelo deputado Alysso Paulinelli (PFL-MG), que possibilitou a votação em separado do dispositivo e consequente aprovação.

Brandão Monteiro pede que o Supremo acate o mandado de segurança e determine a Ulysses o envio de recurso interposto por Monteiro e outros parlamentares no dia 11 de maio à Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo. O recurso pede anulação do requerimento do Centrão.

No dia da votação do dispositivo a taquigrafia da sessão registrou protestos de vários deputados denunciando a existência de assinaturas falsas de Constituintes no requerimento de Paulinelli. Entre os protestos figuram os da deputada Rita Camata (PMDB-RS) e Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) que se recusaram a assinar o documento que garantia a votação em separado para o destaque do Centrão sobre a propriedade.

A petição assinada pelo deputado e elaborada pelo advogado Paulo Matta Machado procura caracterizar a competência do Supremo Tribunal Federal para julgar um ato do presidente da Constituinte. Na opinião do deputado, "háverá sempre um tribunal competente para julgar o direito eventualmente violado". Continuando, o deputado afirma que "uma Constituição não há de assentar seus alicerces sobre a fraude, a trapaça e expedientes menores, indignos da atividade parlamentar".

Goiás cria comissão para o Tocantins

Da Sucursal

Golânia — O governo de Goiás ainda não tem nenhuma posição definida em torno de questões que advirão da divisão do Estado e a consequente implantação do Tocantins. A absorção de servidores, o patrimônio público e das empresas estaduais e das dívidas referentes a obras nas regiões Norte e Nordeste são problemas que estarão sendo estudados nos próximos dias por um grupo de trabalho já designado pelo governador Henrique Santillo. Sem data definida para a conclusão dos trabalhos, essa comissão vai entregar um relatório pormenorizado ao governador em breve espaço de tempo, quando então será possível estudar-se alternativas de soluções.

Santillo não quer adiantar nenhuma posição agora, explicando que só o fará depois de ter em mãos dados completos sobre a realidade do novo Estado. Garantiu, no entanto, que o Estado de Goiás, "que está tendo a paternidade, vamos dizer assim, do processo, vai colaborar efetivamente para a implantação do novo Estado. Isso, certamente enquanto aquela região for pertencente ao Estado de Goiás. A partir do momento em que se der a implantação do novo Estado aí já será uma unidade autônoma e terá que tomar as suas próprias providências. Até lá, Goiás estará atento e participante, como um todo".

JULIO ALCANTARA



Costa Couto: Minas é boa como está, unida

Costa Couto é contra criação de novo Estado

"Minas é boa como está, unida", afirmou hoje o mineiro Ronaldo Costa Couto, ministro chefe do Gabinete Civil, ao comentar sobre a possibilidade de criação do Estado do Triângulo. Na sua opinião, a criação do novo Estado dividindo Minas Gerais é "um caso de amor, de sentimento e também de racionalidade econômica". E explicou: "é

um caso de amor porque achamos que o Triângulo não é de Minas, é Minas". Reforçando sua posição contrária a divisão de Minas Gerais, o ministro Ronaldo Costa Couto disse que acredita, que a criação do novo estado, "além de interferir com o equilíbrio do sistema federativo, vai envolver, para os contribuintes, custos enormes".

Mineiros garantem 200 votos

Cerca de 200 constituintes irão votar contra a emenda que propõe a divisão de Minas Gerais e cria o Estado do Triângulo. Outros 100 vão se abster de votar e os demais estarão divididos entre faltosos e os que votarão favoravelmente. Esta é a opinião do deputado Hélio Costa (PMDB-MG) que diariamente vem levantando os números para a votação, dentro de poucos dias, da proposta. Hélio Costa considera esta "uma questão superada".

Também é da mesma opinião, o deputado José Elias Murad (PTB-MG), que se considera radicalmente contra a proposta de dividir Minas Gerais. Para o parlamentar petebista, dos 56 constituintes mineiros, 47 são contra a emenda que, se for aprovada, "acabar com a unidade nacional e provocará um grande desequilíbrio político e econômico no País". Elias Murad disse que vem recebendo correspondências de centenas de pessoas da região do triângulo mineiro que se manifestam contra a divisão do Estado.

A intenção de se abster da votação da emenda que cria o Estado do Triângulo, manifestada há poucos

dias pelo senador Ronan Tito (PMDB-MG), foi criticada por muitos constituintes mineiros contrários à proposta. Elias Murad criticou a atitude do senador salientando que Tito foi eleito por todo o povo mineiro e não pode deixar de participar ativamente num momento em que a unidade de Minas está em jogo.

Para os constituintes que lutam pela unidade de Minas, a notícia de que 68 dos 75 municípios mineiros das regiões que compõem o novo Estado do Triângulo divulgaram manifesto, em Belo Horizonte, repudiando a proposta de dividir o Estado, foi uma demonstração da união do povo mineiro e acarretará em mais votos contrários à divisão.

O manifesto da maioria dos municípios da região do Triângulo está sendo encaminhado aos 559 constituintes que, nos próximos dias, votarão as emendas que facilitam a emancipação de um novo Estado.

O movimento dos prefeitos foi patrocinado por empresários e líderes políticos de Minas Gerais, com o apoio do governador Newton Cardoso e depois assumido pela Assembleia Legislativa.

Anistia ainda pode ter acordo

Negociações entre Centrão e as esquerdas já começaram

EUGENIO NOVAES



Ibsen e Covas: esforço para achar denominadores comuns dentro do PMDB

Só na terça-feira é que Constituinte vota

MARIA LIMA
Da Editoria de Política

A falta de entendimento sobre a Anistia — tema considerado explosivo — e a ausência do presidente Ulysses Guimarães, que ocupa interinamente a Presidência da República, estão provocando um atraso de 12 dias no calendário da Constituinte. A última votação, quando se definiu o mandato de 5 anos para o presidente Sarney, aconteceu no dia 02 de junho e com a falta de quorum persistente, os trabalhos só serão retomados na próxima terça-feira, dia 14. Assim, as chances de que o País receba Constituição nova no dia 7 de setembro ficam ainda mais diminuídas, principalmente se se levar em conta que entre as votações do primeiro para o segundo turno, haverá um intervalo de no mínimo 15 dias.

Contrariado diante da não confirmação da previsão de que esta seria uma semana normal na Constituinte, mesmo sem sua presença, o presidente Ulysses Guimarães mostrou-se irritado ontem ao ser questionado sobre o assunto, após a sessão de homenagem póstuma ao senador Virgílio Távora. "O que eu não esperava é que fosse morrer alguém esta semana", respondeu mal-humorado, garantindo que hoje poderia haver votação "caso houvesse entendimento sobre o texto da Anistia".

O PMDB, porém, constatou que pelo texto do Centrão haveria uma pensão no valor do soldo de segundo tenente para todo e qualquer cidadão que participou da guerra. Isso, na prática, daria uma acumulação de vencimentos para aqueles que permaneceram na ativa e chegaram ao final da carreira. Daj defender algumas correções.

O Centrão, seguindo a vontade do Governo, preferiu não alterar o que está no seu texto já aprovado, alegando que isso foi objeto de acordos que consumiram horas. Há no grupo inclusive quem defenda a votação imediata deste artigo, ainda esta semana, e com o quorum baixo, a fim de facilitar a derrota das emendas defendidas pelas oposições.

De pé, ao lado de Ulysses Guimarães, conversavam o deputado Amaral Netto, líder do PDS, e o presidente em exercício da Constituinte, senador Mauro Benevides (PMDB/CE), que comentaram descrentes.

— Eu duvido que nesta quinta-feira tenha número — disse Amaral.

— Eu também não acredito que o quorum seja restabelecido antes de terça-feira — observou Benevides.

O deputado Roberto Cardoso Alves considera que o tema "anistia" — dos militares cassados e dos empresários que fizeram empréstimos durante o Plano Cruzado — por ser "embarratado e explosivo", convidado à ausência. Ele diz que quem vai votar "Não" prefere não vir a Brasília. Mas ele tem uma outra explicação para a falta de quorum, inexistente desde que resolvida a questão do mandato.

— A imprensa fez uma onda de que haveria um recasso branco com a ausência do Doutor Ulysses. Quem não acreditou, fingiu que acreditou e não veio aqui conferir.

Já o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, culpa os constituintes do Centrão pela falta de quorum. "Eles provaram uma extraordinária capacidade de mobilização para a aprovação do mandato de 5 anos para o presidente Sarney. Mas imediatamente depois da votação

desapareceram todos, o que é muito ruim. Conseguiram provar à sociedade que o interesse deles na Constituinte é meramente político".

Irritado com o que já se tornou tradição na Constituinte, de nada se votar na ausência do presidente Ulysses Guimarães, o senador Roberto Campos (PDS/MT) concorda que há um desinteresse geral dos parlamentares em concluir logo a Constituição. "É difícil não estar desmotivado com a baixa qualidade do texto que se está produzindo. É um balaio de utopias". O senador matogrossense defende a tramitação normal dos trabalhos com ou sem o comando do presidente Ulysses Guimarães, mas concorda que existe "um grup-rebelde, que não vota nada sem ele".

O deputado José Lins (PFL/CE) é um dos líderes do Centrão que não aceita dar continuidade aos trabalhos da Constituinte sem a presença do presidente, Ulysses Guimarães, por considerá-lo peça fundamental na definição das regimentais para eventuais impasses. "Além do mais ficou subentendido na casa que havia um consenso de não se votar nada esta semana. E o interregno foi bom porque deu oportunidade aos entendimentos sobre a Anistia. Possivelmente na próxima terça-feira a coisa volte a refluir normalmente".

Cassados vão explicar suas reivindicações

Dizendo estarem cansados de ver suas propostas pela anistia sendo deturpadas pelos ministros militares, 14 entidades que lutam pela causa resolveram em dois dias de reunião, elaborar um documento explicando os principais pontos defendidos pelos ainda hoje cassados do regime pós-64. Eles desmentem que estejam reivindicando reintegração ao serviço ativo das Forças Armadas, "mesmo porque a maioria já atingiu a idade alímite" de permanência nos quartéis. Acrescentam que os poucos que podem voltar à ativa não desejam fazê-lo.

Em seu texto os cassados questionam a tese dos "afastados por atos administrativos" e, ainda, a afirmação de representantes do Governo, dizendo que a anistia irá beneficiar 40 mil praças e mais de 3 mil generais que administrativamente não alcançaram esse posto, por terem sido cortados das listas de promoção. O que se cogita, segundo o documento, é que se faça justiça aos 1509 marinheiros e 45 cabos da Aeronáutica, possibilitando-lhes o recebimento de uma indenização.

Os custos da anistia estão orçados em 140 bilhões de cruzados pelos ministros militares, e, apenas, 18 bilhões pelos civis. Uma soma considerada "irrisória" se comparada ao sofrimento dos oficiais que além de terem sido "privados de suas patentes, cargos e funções", tiveram que conviver com a "cassação branca". Essa última os impediu de viver como civis, já que não conseguiam nenhuma espécie de emprego. A proposta da Constituinte é que cada um deles receba uma soma igual aos últimos cinco anos de trabalho a que teriam direito se estivessem na ativa; isso depois de terem sido efetuadas as devidas promoções.

O Exército, Marinha e Aeronáutica cassaram ao todo 492 oficiais; 672 suboficiais e sargentos e 1.509 marinheiros. Se todos eles recebessem, após a anistia, a patente de coronel ou suboficial, as Forças Armadas teriam um custo de pouco menos que 17 bilhões e meio.